

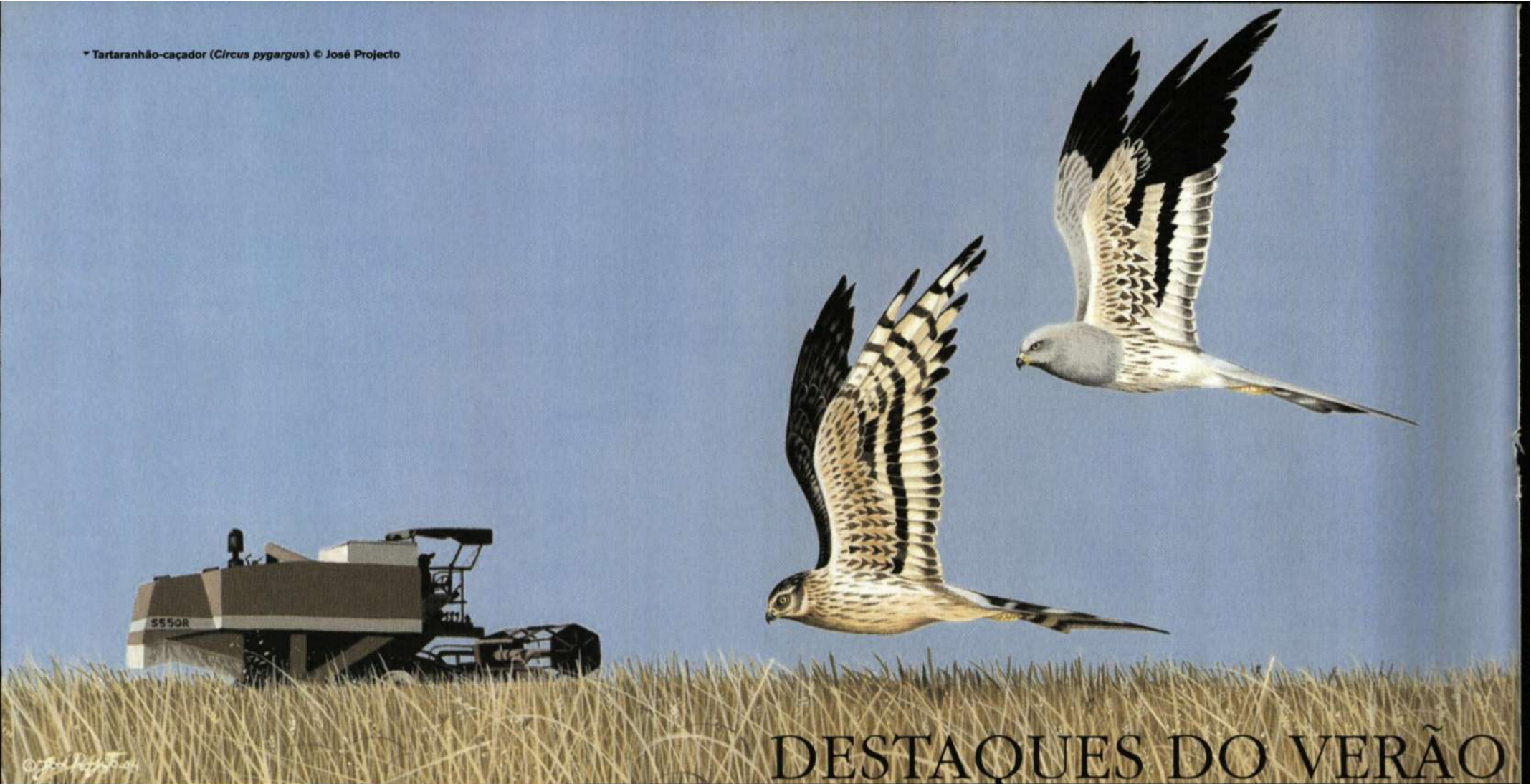


TRIBUNA DA NATUREZA

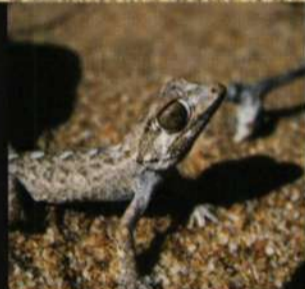
a vida selvagem nas quatro estações • ano 7 nº 27 verão 2006

| PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA | 3.5 EUROS

MAURITÂNIA,
O ÚLTIMO REDUTO PARA A BIODIVERSIDADE DO SARA
PENEDA-GERÊS SOB FOGO
A VERDADE INCONVENIENTE
TEMPOS DIFÍCEIS



DESTAQUES DO VERÃO



Nota do editor à edição anterior, TN26: Talvez atraído por forte interação gravitacional, um impertinente «c» aterrou na palavra «translação», transformando-a em «translaccção». Quando deu fé, já demasiado tarde, o editor entrou em órbita.

TEMPOS DIFÍCEIS

Revelando-se tarefa estóica, é nosso desejo permanecermos optimistas. Que uns aceitem um esforço para o controlo do «défice orçamental» independentemente de tudo, já o sabemos. Na altura em que estas linhas são escritas, ainda vai restando alguma (pouca) coisa razoavelmente preservada. Com a reestruturação do ICN e as permanentes ameaças e atentados ambientais, arriscamo-nos a (deixar) transformar o país num não muito diferente daqueles cujo estado ambiental é tão fácil e conveniente criticar-se. O défice de optimismo que por vezes também nos atinge exige-nos um esforço de contenção... no que é dito ou na forma de dizer-se aquilo que nos apetece...

MAURITÂNIA – O ÚLTIMO REDUTO PARA A BIODIVERSIDADE DO SARA

Já era tempo: África regressa à Tribuna da Natureza. À aparência desértica com que frequentemente se catalogam e reduzem os países saarianos (desconhecimento que permite que raramente se ouça questionar o impacte ambiental de provas todo-o-terreno nestes países, como o Lisboa-Dakar), José Carlos Brito e Francisco Álvares contrapõem com um retrato bem mais rico e diversificado no que respeita à paisagem, à fauna e à flora. Um estudo exaustivo e profusamente ilustrado de zonas naturais da Mauritânia que os autores – que se deslocam com frequência àquelas paragens – partilham com os leitores da TN.

PENEDA-GERÊS SOB FOGO: A VERDADE INCONVENIENTE

No Verão de 2006, a Tribuna da Natureza foi testemunha, no local, de uma calamidade. Há anos que se vinha antecipando essa ocorrência. Há anos que se vem avisando – e o FAPAS, muito em particular – que o abandono a que têm sido votadas as Zonas de Protecção Total (ZPT) do Parque Nacional da Peneda-Gerês só com um excesso de sorte poderá oferecer um destino diferente às ZPT daquele que a Mata do Ramiscal teve na última «época de fogos». O mal está feito, a mata sofreu danos irreparáveis a curto e médio prazo. Para além da análise dos danos e das causas, a Tribuna da Natureza está principalmente empenhada em olhar para a frente e propor alguns remédios que minimizem os impactes e permitam praticamente partir do zero para auxiliar a Natureza do vale do Ramiscal a repor aquilo que, por desleixos estatais vários que ameaçam perdurar, o Homem lhe subtraiu.

FICHA TÉCNICA

DIRECTOR | Miguel Dantas da Gama REDACÇÃO | Raul Lima - Editor · David Torres · Francisco Álvares · João Carlos Claro · João Cosme Matos · Luís Rodrigues · Paulo Santos · Roberto Hartasánchez DESIGN | Cristina Dordio ILUSTRAÇÕES | José Projecto ASSINATURAS/PUBLICIDADE | Fernando Silva COLABORARAM NESTE NÚMERO | José Carlos Brito · Luísa Marques · Raquel Vasconcelos EDIÇÃO E PROPRIEDADE | FAPAS - Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens ENDEREÇO | Rua Alexandre Herculano, 371 - 4º Andar Dto. - 4000-055 PORTO Tel. 22 200 24 72 - Fax 22 208 74 55 E-mail: fapas@mail.esoterica.pt Página web: www.fapas.pt REGISTO ICS | 123453 DEPÓSITO LEGAL | 146895/00 TIRAGEM | 3000 exemplares IMPRESSÃO | Inova Artes Gráficas
Publicação independente aberta a pessoas e instituições que se dedicam ao estudo e à defesa da vida selvagem. Tribuna da Natureza não é responsável pelas opiniões dos seus colaboradores quando manifestadas em textos devidamente assinados.

Nesta 27ª edição da **Tribuna da Natureza** alargamos os nossos horizontes. Por momentos, saímos da Península Ibérica, deixamos a Europa para retornar ao norte de África guiados por dois biólogos que, com frequência, fazem incursões neste Continente onde têm desenvolvido trabalho de campo. Entre os efeitos desta viagem também se pode apontar uma ampliação da diversidade dos temas tratados pela nossa revista.

A reestruturação do Instituto da Conservação da Natureza – ICN – reforça a nossa ideia, inúmeras vezes enunciada, de uma desvalorização generalizada do património natural por parte das entidades responsáveis. No artigo que publicamos neste número da **Tribuna da Natureza** em torno das mudanças que se anunciam, evidenciamos o esvaziamento

Tempo difíceis

progressivo dos meios destinados à preservação dos nossos parques e reservas. Se a ele juntarmos quer os equívocos e as omissões constantemente alimentadas por quem deveria

contrariar uma situação de permissividade, quer a subjugação do interesse público às «prioridades» dos inúmeros agentes políticos e económicos que se movem por uma conduta que, sistematicamente, põe em causa os valores dos nossos espaços naturais (conduzindo quase sempre a perdas, em muitos casos irreversíveis), temos então reunidos todos os ingredientes para continuar a destruir o que de melhor ainda resta do que foi conseguindo escapar às mãos delapidantes deste povo de «brandos costumes» à beira-mar... adormecido.

Retornamos à Peneda-Gerês, como havíamos prometido no último número. A razão que nos impõe este regresso não é motivadora, mas perante os grandes incêndios que no último Verão voltaram a devastar o Parque Nacional, não temos como não insistir no que de muito errado se continua a consentir e que vai acelerando a degradação do património natural desta área (cada vez menos) protegida. Para o contrariar fazemos acompanhar esta denúncia com as acções que há muito julgamos poder contribuir para inverter o caminho que erradamente se persiste em trilhar.

Se já nos cansa esta retórica do «bota-abaixo» da qual não nos conseguimos livrar, ficamos exaustos por assistir, impotentes, à degradação generalizada das condições ambientais no nosso país. Por isso, o nosso discurso é, e continuará a ser, inflexível. Se outro resultado não conseguirmos, ficamos de consciência tranquila por, em nenhum momento, pactuarmos com esta desistência de ideias e acções que impera no nosso maltratado rectângulo.

Barómetro da estação

Assistimos com grande preocupação ao arranque de mega-investimentos imobiliários previstos para a Costa Vicentina, incluídos no conjunto dos PIN-Projectos de Interesse Nacional seleccionados pelo Governo. Depois do Algarve, há muito destroçado, do Alqueva, onde mais do mesmo se adivinha, faltava deitar mão ao Sudoeste Alentejano. Nada consegue escapar à voragem da construção civil, ao turismo desenfreado, ao «desenvolvimento sustentado». Estamos de facto mergulhados num défice, muito mais difícil de combater que o recorrente orçamental.

TEMPESTADE

PENEDA-GER

DEFESA DA NATUREZA

TEXTO E FOTOGRAFIAS • Miguel Dantas da Gama

ÊS SOB FOGO

A verdade inconveniente

O devastador incêndio ocorrido entre 8 e 13 de Agosto de 2006 deixou vastas e profundas marcas de destruição na Mata do Ramiscal, um dos últimos redutos de vegetação autóctone do Parque Nacional da Peneda-Gerês. Proveniente do exterior da área protegida e beneficiando da ausência de meios eficientes e capazes de o conter, o fogo varreu o vale por onde corre o principal afluente da margem esquerda do rio Ramiscal. Aí consumiu quase por completo a já pouca vegetação que marginava aquele ribeiro tributário – sobreviveu, na cabeceira do vale, um muito pequeno núcleo de azevinhos, pereiras-bravas e carvalhos. As chamas avançavam rapidamente para as cumeadas da serra. O desastre foi ganhando maiores proporções porque à medida que o fogo ia evoluindo para montante, descia a encosta da margem esquerda do próprio Ramiscal. Rapidamente atingiu a Mata, envolveu-a em chamas, abafando-a em fumo. Durante demasiado tempo abandonaram-na à sua sorte.

Ao longo de toda a Zona de Protecção Total (ZPT) só o rio travou o incêndio. Galgou penhascos, introduzindo-se em reentrâncias onde vegetação rasteira dava vida e outra dimensão à ravina. No limite nascente deste espaço de grande valor ecológico, quatro dias depois do massacre ter começado, a dor teve um suplemento. As chamas espalharam-se pela cabeceira da reserva integral, consumindo as corgas que dão origem ao curso de água principal. Neste dia acompanhei, sozinho (fisicamente, já que por telefone dividia com um amigo, Raul Lima, editor da **Tribuna da Natureza**, não apenas a grande amargura vivida naquela tarde, mas os esforços para encontrar ajuda, que para ambos se revelariam em vão), a lenta agonia de azevinhos centenários. A 26 de Agosto confirmei que, do núcleo de cerca de 50 azevinhos de grande porte (os mesmos que foram capa da **Tribuna da Natureza** n.º 17, Inverno 2004, *Azevinhos centenários da Serra da Peneda, uma destruição silenciosa*), 30 foram destruídos irremediavelmente. Alguns são agora cepos com meio metro de altura, outros, inteiros, completamente negros, vão em breve cair por terra. Uma verdadeira barbárie. Aqui nem o rio conteve umas chamas a que ninguém fez frente. Foi muito duro assistir, impotente, a esta destruição sem precedentes, mesmo considerando tratar-se de um novo capítulo a inserir numa história com trinta e cinco anos (o Parque Nacional foi criado em 1971) que não é propriamente um conto de fadas. Os meios estavam concentrados no Mezio, as prioridades eram outras. Deixamos registado para a história: teria bastado uma intervenção pontual, conhecedora, no momento certo e (pelo menos) este património de valor incalculável ter-se-ia salvo.

O que senti ao voltar a casa, deixando a arder as encostas das quais nos últimos três anos, sábado após sábado, quase não despreguei os olhos, seguindo algo que também nesta parte da serra da Peneda encontra o último refúgio e que a todo o momento poderá desaparecer – a águia-real (v. pág. 12) –, tenho muita dificuldade em expressar.

Os bombeiros chegaram no dia seguinte, já o fogo evoluía em sentido contrário pela margem direita. Acabou por ser extinto, não sem antes devastar ainda parte do carvalhal da mais especta-

cular corga do Ramiscal. Pôs-se enfim termo a um incêndio que atingiu 75% da ZPT! O que sobrou, corre os mesmos riscos. Pelas mesmas razões.

AS VERDADEIRAS

CAUSAS DA DESTRUIÇÃO DO RAMISCAL

Nos dias que se seguiram a este drama, ouvimos várias vozes, todas de representantes de organismos oficiais, afirmarem: «o carvalhal regenera». Uma mensagem que só serviu para nos afundar em maior desânimo. A ideia é antiga. Com o argumento de que nestes pequenos núcleos de «reserva integral» o Homem não deve intervir, antevemos o que se vai empreender para que a situação não se repita no futuro: nada!

Nós também concordamos que o Homem não deve interferir nos redutos delimitados para salvar guardar amostragens de uma floresta primitiva que de uma forma generalizada se foi perdendo. Mas não apenas após um desastre destes. Antes também. O problema (leia-se: a incoerência) está aqui. Por um lado, deixa-se que o gado e o fogo (leia-se: o Homem) destruam os últimos vestígios de bosque autóctone; por outro, justifica-se uma não-intervenção para tentar reparar os danos argumentando-se que não se pode intervir numa reserva integral! Onde se localizam afinal os «ecossistemas pouco ou nada alterados pelo Homem», um dos requisitos impostos pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) para que um determinado território seja reconhecido como Parque Nacional? Mesmo em espaços como o Ramiscal, os efeitos da mão (nefasta) do Homem estão omnipresentes.

O Homem tem de interferir para repôr o equilíbrio que fez perder-se. Uma vez garantido, então sim, que se mantenha à distância, olhando estes espaços como terreno apenas profanado por inves-

tigadores, tal como reza a lei com que se delimitaram e o elevado grau de protecção que a mesma diz deverem beneficiar.

Aprofundando o que agora aconteceu no Ramiscal, sem esquecer o que já tinha ocorrido noutras zonas de igual importância do Parque Nacional (na Mata do Cabril, em 1998, e no vale superior do rio Homem, na década anterior), a nossa ambição é contribuir para que um dia estas destruições não possam voltar a ocorrer. Por isso insistimos na defesa de um conjunto de medidas que contrariam uma inaceitável desvalorização do património natural, a razão de fundo que explica (mais) este passo na destruição da Mata do Ramiscal.

Este fogo foi demolidor. Mas o principal motivo que o tornou maior foi o facto de se tratar de «apenas» mais um. Claro que as condições extremamente desfavoráveis em que ocorreu – tempo muito seco e quente e vento forte – agravaram os danos, mas o problema é que a situação de degradação em que o carvalhal se encontrava era já muito acentuada, devido ao efeito cumulativo de fogos/queimadas de pastores. A lenha acumulada era enorme – principalmente de giestas, mas também de urze, tojo e carqueja que foram tomando o lugar do bosque – e a sua queima massacrou a vegetação autóctone que procurava vingar. Não se trata de manto vegetal que se decompõe mais rapidamente com a humidade que se gera sob as copas das árvores do carvalhal. É lenha seca que se vai acumulando, exposta ao Sol, que resiste à intempérie até que o fogo chega e a devora rapidamente e com intensidade. Na área que escapou ao fogo, a situação é, por isso, muito preocupante.

Voltamos à questão da regeneração. A vegetação, genericamente, regenera (duas semanas depois do fogo, os pastos estavam já a ressurgir).



▲ Regeneração isolada no meio das fragas, também destruída



▲ Azevinho centenário incinerado pelos giestais disseminados por outros fogos



← Um vale de interesse singular mais uma vez varrido pelas chamas

Com novo vigor. O arvoredo sobrevivente tende a compor uma paisagem que beneficiará do mesmo – sempre deslumbrante – relevo. Isso basta para quem, aqui, apenas espera encontrar um espaço bonito. Mas o carvalhal ficou mais pobre, desta vez bastante mais pobre. Voltou a recuar quer em extensão quer em qualidade. A fragmentar-se. É algo que só consegue constatar quem acompanha a situação no terreno, com regularidade e há muito tempo (registamos, lamentando, as discussões superficiais que se geraram nos dias que se seguiram ao incêndio e que não trazem nada de novo, não ajudam a resolver os problemas e rapidamente

se extinguem com o esmorecer das chamas). Não falamos apenas de árvores – importa nunca confundir carvalhos com carvalhal –, algumas com centenas de anos como é o caso dos azevinhos, ou de outras que tentavam recuperar de chamas passadas. Falamos também do sub-bosque que delas depende, que sobrevive à sombra de carvalhos, medronheiros, freixos, azinheiras, padreiros,...). Com este incêndio foram severamente castigadas as pequeníssimas ocorrências de uva-do-monte (*Vaccinium myrtillus*), que desde o rio até aos cumes da serra estavam «protegidas» em fendas nas rochas ou entaladas entre penedos.



Nos limites superiores da ZPT, a regeneração é quase impossível, tais são a extensão e a profundidade dos danos. Este incêndio representa de facto um sério retrocesso na preservação da Mata do Ramiscal.

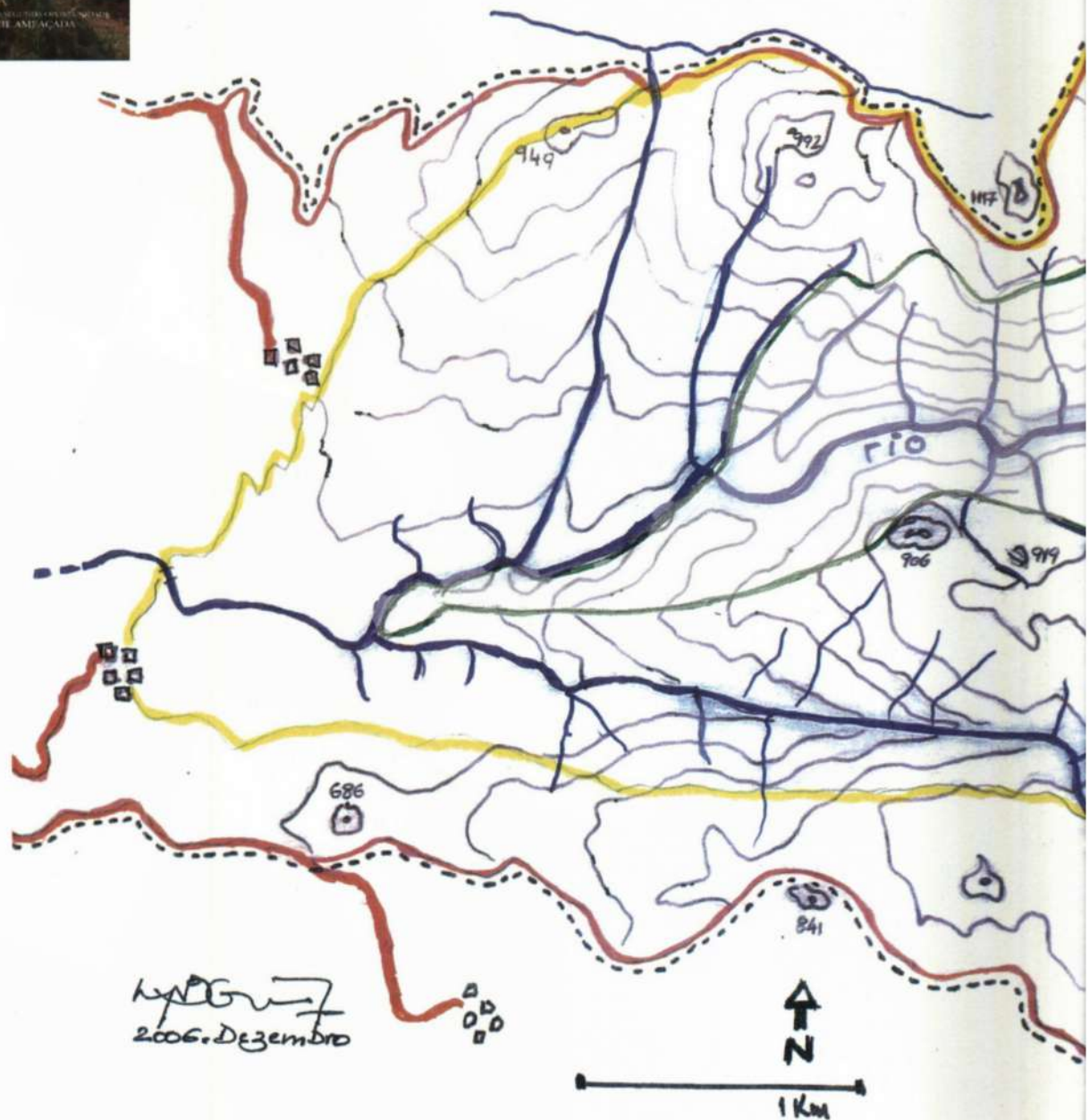
Não precisamos pois de esperar para ver como o coberto vegetal vai reagir. A perda de biodiversidade vem muito de trás e tem sido gradual. A perda de qualidade também tem a ver com o desaparecimento dos exemplares arbóreos mais antigos. Há uma uniformização generalizada de idades e de portes das árvores, que explica porque fomos perdendo também espécies faunísticas associadas a bosques antigos, bem conservados (o pica-pau-preto e a marta são bons exemplos). E quando não se fala de extinções fala-se de empobrecimento drástico de populações. Do que tratamos é da conservação de floresta autóctone, que não deve ser confundida com arborizações para produção florestal. Nunca saberemos o que se perdeu nas comunidades de répteis, anfíbios e insectos, num fogo muito profundo pela intensidade e tão transversal pela enorme abrangência em termos de cotas (biótopos).

Mas este fogo trouxe um dano maior que deveria ser avaliado. Tendo as chamas atingido o rio ao longo de uma grande extensão, o ecossistema ripícola foi seriamente afectado. Como será que vão reagir as plan-



* O número 17 da TN que dedicámos aos azevinhos centenários da serra da Peneda. Dalguns destes, restam os registos fotográficos...

Parque Nacional de Peneda - Gerês Mata do Ramiscal




tas e os animais mesmo junto ao curso de água, às variações de luz, de temperatura, de humidade, à imagem do que sucedeu, mais uma vez, na Mata do Cabril, num desastre em tudo semelhante, daquela vez na margem direita? O problema é que não há estudos anteriores que permitam fazer comparações, avaliações correctas.

Dizer que o carvalhal recupera é, pois, uma posição cómoda para virar as costas ao Parque e desmobilizar qualquer tentativa ou esforço para preservar o melhor que ele encerra. Já lá vai o tempo em que também sonhávamos com santuários naturais nunca violados pelo Homem. Toda a gente sabe que, em Portugal, eles não existem.

Que fazer então? Consentir (ou até promover!) fogos periódicos para evitar que calamidades maiores, como esta, possam «chamuscar» os responsáveis; ou não fazer nada, esperando que o carvalhal «regene» – o que na prática significará o mesmo. Em ambos os casos, vamos permitir esta agonia, até à morte, do que resta da vegetação-climax da Peneda-Gerês? Deixemos bem claro a este propósito: os proprietários do gado que pasta na Peneda-Gerês são as primeiras vítimas de uma conduta de destruição de que são também os principais responsáveis.



^ A grande nuvem de fumo do que resta do Ramiscal e do Mezio, no sexto dia dos incêndios (13 de Agosto). Crédito: NASA Earth Observatory - MODIS Rapid Response Team, Goddard Space Flight Center



Naturalmente que nem uma coisa (os fogos periódicos) nem outra (nada fazer) são admissíveis. Impõe-se uma intervenção que a pouco e pouco acabe por permitir uma recuperação natural efectiva. Uma intervenção que respeite integralmente as características do espaço em causa. O carvalhal precisa de ajuda urgente que incremente a sua área de ocupação, fortaleça a biodiversidade, que o enriqueça. Mas atenção: não podemos perder de vista do que estamos a tratar, não podemos passar de uma situação de completa passividade, para um desvario, traduzido numa intervenção que não atenda ao elevado valor ecológico e científico da área em causa.

As medidas que a seguir retomamos exigem que se respeite integralmente este princípio e são acompanhadas por outras visando a protecção do espaço, sem as quais não se viabilizará o sucesso das acções de recuperação. O mapa situa-as no terreno.

CRIAÇÃO DE BOSQUETES AUTÓCTONES. REFLORESTAR É UMA PRIORIDADE

Propomos sementeiras em pequenos cercados temporários dentro e fora da ZPT, que as protejam da pressão do gado. Nas reflorestações dentro da ZPT, a recolha de sementes/frutos deve ser feita exclusivamente na Mata do Ramiscal. A ideia é criar pequenos núcleos que futuramente facilitem a regeneração. A escolha dos locais deve ter em conta o favorecimento deste objectivo (encostas de maior declive, a cotas superiores) e a protecção de linhas de água. Neste momento, semear nem que sejam apenas 500 bolotas de carvalho-alvarinho e 100 bagas de azevinho, por ano, faz toda a diferença.

Esta medida – vedação e recuperação de pequenas áreas – devia ser alargada a todo o Parque. Uma espécie do pousio que se pratica na agricultura e com o qual se deixam os terrenos a descansar e a recuperar para novas culturas. Aqui o objectivo será permitir que o bosque natural ganhe envergadura. Será então altura de levantar as cercas e de as colocar noutra área, para o mesmo fim. Nos primeiros anos estes bosquetes impõem acompanhamento no sentido de os livrar das espécies infestantes (através de mondas sucessivas). É um projecto que tem de começar pequeno mas que pode (e deve) ganhar envergadura se, bem explicado, conseguir envolver Juntas de Freguesia, Comissões de Baldios, as populações residentes e as escolas da região, de uma forma geral, num trabalho conjunto com o Parque Nacional. Bem sucedido poderá significar a grande mudança que a Peneda-Gerês

PLANO DE PROTECÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MATA DO RAMISCAL

há muito reclama. A criação de um corredor ecológico que atravessasse todo o seu território, unindo e fortalecendo as cada vez mais raras e diminutas ocorrências de vegetação autóctone. Todo o património natural do Parque Nacional ganhará com este grande projecto estratégico.

REMOÇÃO DE INFESTANTES

É outra medida preciosa, de carácter cirúrgico, que importa executar não apenas na área ardida, mas também na que ameaça arder. Tem um duplo interesse. Minimizar o risco de incêndio e facilitar a regeneração, possibilitando o crescimento de plantas que neste momento estão completamente abafadas por giestas, urzes e tojo. Também aqui se recomenda proteger estas clareiras com pequenas vedações que facilitem a recuperação/crescimento das plantas. A pereira-brava é uma das espécies que beneficiará grandemente com esta medida. Mas pequenos carvalhos e azevinhos também despontarão mais facilmente.

VEDAÇÃO DA ZPT

Uma medida de maior envergadura que, a avançar, não deixará de reflectir (finalmente) a valorização ecológica que a Mata do Ramiscal reclama e merece. A ideia é proteger a Mata da pressão de algumas dezenas de cabeças de gado bovino, realidade que, aliada aos incêndios, se torna devastadora, impedindo a regeneração natural e, conseqüentemente, aniquilando a biodiversidade. Quando no início da década de 1990 se discutia o Estudo Prévio do Plano de Ordenamento da Área de Ambiente Natural, insistimos na proibição de qualquer actividade dentro da ZPT (estavam em discussão cerca de 3,8% da área total do Parque). Não conseguimos que a ideia vingasse, ficando autorizadas as actividades da pastorícia e da apicultura. Hoje confirma-se, mais uma vez, quanto estávamos certos.

Propomos a instalação de uma vedação

– pouco mais que um arame esticado ao longo do vale pelas cumeadas às cotas mínimas, ou seja, onde as pendentes para o rio passam a ser mais acentuadas (ver mapa) – que impeça as vacas e os garranos de entrarem na ZPT, sem interferir com o fluxo de fauna selvagem. A altura da cerca seria ditada pelos corços e javalis, espécies silvestres de maior porte.

O ponto 3 do art.º 17º do Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Nacional – Resolução do Conselho de Ministros nº 134/95 prevê que, em casos excepcionais, o Parque possa interditar toda e qualquer usufruição da ZPT. Estamos perante uma situação que o exige de imediato. Porém, as medidas que propomos terão maior hipótese de sucesso se tiverem o apoio das populações locais, obrigando então a que se dialogue com elas. Sem ceder nos objectivos (nem esquecendo-nos de que os terrenos submetidos ao regime de baldios são frequentemente alvo de condutas abusivas), há que informar, envolvê-las, explicar os benefícios. Elas serão a médio/longo prazo as primeiras beneficiadas com a recuperação do bosque. Se este não fosse importante para o pastoreio, o gado não o procurava como o faz agora no pouco que sobra. Há que recriar pequenos bosquetes fora da ZPT que lhes sirvam de alternativa.

ALARGAMENTO DA ÁREA DE INTERDIÇÃO DA CAÇA

A presente situação, em que os caçadores entram no próprio vale do Ramiscal – porque o limite da ZPT se localiza a meia-encosta –, é insustentável. Impõe-se que a zona onde a caça é interdita seja alargada. A situação é agravada pelo facto dos limites da ZPT não distarem muito da fronteira do próprio Parque Nacional. No mapa são sugeridas as novas fronteiras de interdição, propondo-se que a nascente e a

norte passem a coincidir com as do Parque.

CONDICIONAMENTO DO TRÂNSITO MOTORIZADO

É imprescindível que o trânsito motorizado nas estradas que rodeiam o vale, a norte, a nascente e a sul, seja definitivamente condicionado. Exactamente pela mesma razão invocada para a caça no que se refere a limites. As estradas cercam o vale, em determinados pontos praticamente tocando a delimitação da ZPT. O movimento de caçadores e praticantes de desportos radicais tem aumentado. A melhoria das condições de utilização destas vias, reclamada para fazer face a situações de emergência, é uma razão adicional para o seu encerramento/condicionamento. Importa também por cobro à recolha de saibros para arranjos destas estradas, que têm criado feridas com um forte impacto na paisagem.

VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO

Mais uma vez a questão dos limites, anteriormente referida, impõe uma vigilância muito apertada nesta que é uma das zonas mais importantes do Parque Nacional. A revisão do Plano de Ordenamento, em curso, deveria redefinir as fronteiras ampliando-as (principalmente a Norte) no sentido de permitir uma melhor salvaguarda desta área muito vulnerável. O vale do Ramiscal exige também a instalação de uma torre de vigia contra os incêndios.

▼ Azevinho secular



A Zona de Protecção Total (ZPT) da Mata do Ramiscal, detentora do estatuto de Reserva Integral, abrange uma área de aproximadamente 750 hectares delimitada entre as cotas 380 e 1357 metros, circunscrita num vale encaixado com pendentes superiores a 45 graus e com orientação Este-Oeste. Nela ocorrem quatro tipos de biótopos: escarpas, matos, floresta e cursos de água (o rio Ramiscal é o principal, alimentado por várias linhas de água torrenciais que se despenham em corgas de ambas as margens). O elevado estatuto de conservação que este vale justificou deve-se ao facto de encerrar um carvalhal primitivo de carvalho-alvarinho (*Quercus robur* L) e azevinho (*Ilex aquifolium* L), com exemplares de grande porte. A sua composição integra-o na Associação Myrtilleto-Quercetum Roboris – onde figuram, como espécies acompanhantes (entre outras), a uva-do-monte (*Vaccinium myrtillus* L) e o salgueiro (*Salix atrocinerea* Brot) –, e na Associação Rusceto-Quercetum Roboris, caracterizada por possuir cerejeira-brava (*Prunus avium* L), padreiro (*Acer pseudoplatanus*), sanguinho-de-água (*Frangula alnus* Miller), azereiro (*Prunus lusitana* L), sobreiro (*Quercus suber*), medronheiro (*Arbutus unedo* L) e freixo (*Fraxinus angustifolia* Vahl). A estas espécies – base e acompanhantes – juntam-se pereiras-bravas (*Pyrus communis* L), azinheiras (*Quercus ilex*) e pilriteiros (*Crataegus monogyna* Jacq). O valor botânico da Mata não se limita às espécies de porte arbóreo. Apesar de serem escasos os estudos nesta área, atribuem-se cerca de 80 plantas, entre as quais se encontram vários endemismos ibéricos, como a *Aquilegia dichroa* Freyn, a *Galium saxatilla* L. ssp. *Vivianum* (Kliphuis) Fhrend e a *Linaria palustris* L. ssp. *Juressi* (Link ex. K. Wein).

Quanto à fauna, o Ramiscal também merece toda a distinção. No reino das aves evidencia-se a águia-real (*Aquila chrysaetos*) (v. abaixo). Coabitam com este superpredador o gavião-da-Europa (*Accipiter nisus*), o peneireiro-vulgar (*Falco tinnunculus*), a coruja-do-mato (*Strix aluco*), o mocho-galego (*Athene noctua*), o milhafre-preto (*Milvus migrans*), a águia-d'asa-redonda (*Buteo buteo*), o corvo (*Corvus corax*), a gralha-preta (*Corvus corone*), o dom-fafe (*Pyrrhula pyrrhula*), o pica-pau-malhado-grande (*Dendrocopos major*), o pato-verde (*Prus vires*), o gaio (*Gallus gallinarius*), o pombo-toraz (*Columba palumbus*), a perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*). São

dados também como residentes o melro-das-rochas (*Monticola saxatilis*) e o bufo-real (*Bubo bubo*). Igualmente diversificada é a avifauna passeriforme. À medida que subimos as encostas do vale, os chapins – presentes as quatro espécies, real, azul, preto, e de-poupa (*Parus* ssp) e o chapim-rabilongo (*Aegithalos caudatus*) –, o tentilhão (*Fringilla coelebs*) e as toutinegras (*Sylvia* ssp), vão dando lugar à cia (*Emberiza cia*), à felosa-do-mato (*Sylvia undata*) e ao cartaxo-comum (*Saxicola torquata*), se bem que não seja fácil, nem correcto, isolar os habitats Matos e Floresta já que as espécies ocupam-nos transversalmente. Nos cumes acima da cabeceira do vale avista-se com regularidade o chasco-cinzento (*Oenanthe oenanthe*) e, mais raramente, o pardal-alpino (*Montifringilla nivalis*). O vale é visitado por várias outras espécies (em grande parte migradoras, observadas sazonalmente). Destacam-se a águia-cobreira (*Circaëtus gallicus*), a águia-caçadeira (*Hieraaëtus fasciatus*), a águia-calçada (*Hieraaëtus pennatus*), o açor (*Accipiter gentilis*), o falcão-abelheiro (*Pernis apivorus*), o falcão-tagarote ou ógea (*Falco subbuteo*), o mocho-pequeno-de-orelhas (*Otus scops*), o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*) e o tartaranhão-azulado (*Circus cyaneus*), o milhafre-real (*Milvus milvus*), o noitibó-da-Europa (*Caprimulgus europaeus*), o andorinhão-preto (*Apus apus*), a andorinha-das-rochas (*Ptyonoprogne rupestris*), a andorinha-das-barreiras (*Riparia riparia*), a andorinha-daúrica (*Hirundo daurica*), a rola-comum (*Streptopelia turtur*), a poupa (*Upupa epops*) e o cuco (*Cuculus canorus*). Ultimamente tem sido cada vez mais frequente a observação de grifos (*Gyps fulvus*), que nalguns casos chegam a pousar em penhascos das encostas sobranceiras ao vale. O mesmo acontece com a garça-real (*Ardea cinerea*), neste caso observada sobrevoando o rio ou pousada nas suas imediações.

Os mamíferos encontram-se representados da melhor maneira. A zona é parte importante do território de uma alcateia de lobos (*Canis lupus*). O corço (*Capreolus capreolus*) tem aqui um espaço vital para a sobrevivência de um núcleo isolado. Também dado como presente é o gato-bravo (*Felis silvestris*). O esquilo-comum (*Sciurus vulgaris*), que regressou há poucos anos, tem uma distribuição ampla. O coelho-bravo (*Corytolagus cuniculus*) foi emergindo das doenças que o têm afectado (mixomatose e febre hemorrágica). A raposa (*Vulpes*

vulpes) e o javali (*Sus scrofa*) são duas espécies que podem ser observadas em qualquer zona da Mata.

O rio é um importante biótopo. Nele ocorre a truta-indígena (*Salmo fario*), o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e é dada como presente a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*). Há anos também se admitia a presença da lontra (*Lutra lutra*). O melro-d'água (*Cinclus cinclus*) ocorre, mas é raro. Nas imediações do curso de água é provável a existência da gineta (*Geneta geneta*) e da fuinha (*Martes foina*). Também admissíveis são a (rara) marta (*Martes martes*) e o texugo (*Meles meles*). Muito significativa é a presença de espécies endémicas da Península Ibérica como a salamandra-lusitânica (*Chioglossa lusitanica*) e a rã-ibérica (*Rana iberica*). O tritão-de-ventre-laranja (*Triturus boscai*) faz parte desta lista dos répteis. A cotas superiores, em áreas de mato, ocorrem o sardão (*Lacerta lepida*), a lagartixa-do-mato (*Psammotromus algirus*), a cobra-lisa-austriaca (*Coronella austriaca*) e a vibora-cornuda (*Vipera latastei*), sendo de admitir a ocorrência da vibora-de-Seoane (*Vipera seoanei*). Os admiradores das borboletas encontrarão na Primavera uma grande variedade de espécies.

Esta listagem – necessariamente não exaustiva – é elucidativa. Dá uma ideia da importância da Mata do Ramiscal e do que (principalmente) os fogos vão aniquilando. E não se perca de vista que dela já não constam o pica-pau-preto (*Dryocopus martius*), entre outras espécies de pássaros-carpinteiros, a charrela (*Perdix perdix*), a cabra-montês (*Capra pyrenaica lusitanica*), o galo-montês (*Tetrao urogallus*), a galinha-do-mato (*Bonasa bonasia*), o quebra-ossos (*Gypaetus barbatus*), o urso-pardo (*Ursus arctus*), o lince-ibérico (*Lynx pardina*), o que certamente não aconteceria se esta lista tivesse sido elaborada há uns séculos atrás. A gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhoxorax pyrrhoxorax*), que há uns anos ainda se avistava com alguma frequência, só muito raramente sobrevoa este vale.

Por isso não nos conformamos com a forma inaceitável como o Estado desvaloriza os efeitos deste incêndio. A perda de biodiversidade, o empobrecimento do carvalhal, têm efeitos directos e imediatos sobre muitas das espécies de fauna selvagem aqui referidas. O Parque Nacional da Peneda-Gerês – a jóia da Coroa – exige de uma vez por todas um olhar mais responsável, mais justo, mais coerente. E mais conhecedor.

A Zona de Protecção Total da Mata do Ramiscal



A última águia-real do Parque Nacional

Tem-se falado bastante desta águia-real, nos últimos tempos. A «culpa» será nossa, por insistirmos publicamente na lamentável situação a que a espécie chegou no Parque Nacional. Desde que este último indivíduo da maior das nossas aves de rapina ficou só (finais de 2003), temo-lo seguido com grande regularidade. O principal objectivo é recolher registos da presença da maior das águias no Parque Nacional. Esperamos que o projecto Águia recentemente anunciado pelo Parque Nacional (ver editorial da **Tribuna da Natureza** n.º 25) possa garantir a permanência da espécie na Peneda-Gerês. Perante o actual cenário, tal não é de todo expectável.

Este incêndio afectou cerca de 60% do território de caça deste último exemplar (sector sul, por completo, e os sectores poente e nascente, em grande parte) e, quase na totali-

dade, o núcleo central da sua antiga área de nidificação. A águia tem sabido sobreviver a este momento de maior escassez de presas. Mas a população de coelho foi especialmente atingida. Os répteis, que na Peneda-Gerês sempre tiveram um papel importante na dieta da ave de rapina, também sofreram bastante com o fogo. Para a águia, o facto de o gado não andar na serra por falta de pasto, aumentou a dificuldade de obtenção de alimento nos primeiros meses após o fogo, já que um ou outro animal morto é também por ela predado.

Não tendo sido a mais afectada por este fogo, a última águia-real da Peneda-Gerês constitui um símbolo da perda generalizada dos valores naturais com que o Parque Nacional se confronta.

FOGO, AR, INOVAÇÃO,
RESPONSABILIDADE.

4 ELEMENTOS DA LIDERANÇA.

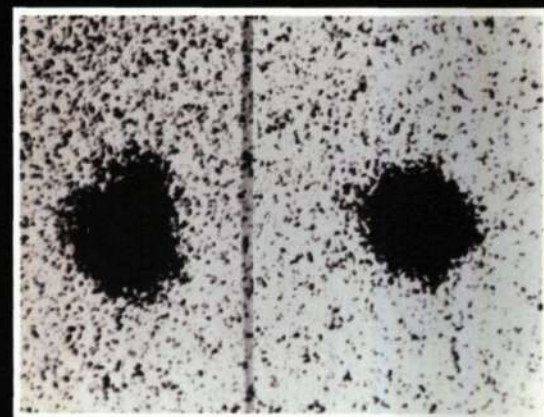
A CUF lidera a indústria química em Portugal. Com uma história que atravessa três séculos, entra agora num ciclo de afirmação global. Com vista a responder aos complexos desafios da sociedade contemporânea, o Grupo CUF reestruturou-se e assumiu uma nova imagem. A mudança simboliza a vontade de continuar a crescer, mantendo os valores da sua tradição de excelência. A este espírito junta-se um dinamismo de constante inovação, aquilo que faz com que o Grupo CUF continue a ser decisivo para o futuro económico de Portugal.



ORIGINAL É O QUE ESTÁ PERTO DA ORIGEM

www.cuf-sgps.pt

À HORAS



Pluto



Nix

Charon

Hydra

▲ Imagem interior: Descoberta de Caronte (crédito: U.S. Naval Observatory): nestas duas fotografias de Plutão, obtidas em momentos diferentes, observa-se a forma oblonga correspondente ao par Plutão/Caronte. Actualmente, a resolução fotográfica é muito superior e permite distinguir individualmente os dois astros, conforme se pode ver na imagem maior onde, para além dos dois astros, se distinguem os recém-descobertos Nix e Hydra.
Imagem maior: NASA, ESA, H. Weaver (JHU/APL), A. Stern (SwRI), e HST Pluto Companion Search Team.

AÍ VAMOS, PLUTÃO!

Plutão, ex-planeta do Sistema Solar, agora planeta-anão, será finalmente visitado pelo Homem em Julho de 2015, data da chegada da missão não tripulada da NASA New Horizons, lançada de Cabo Canaveral a 19 de Janeiro de 2006. Descoberto em 1930 por Clyde W. Tombaugh, é um dos poucos astros de dimensões consideráveis que nunca tinha sido visitado.

Pelo caminho, a New Horizons teve já um encontro com Júpiter, um dos planetas mais visitados em missões não tripuladas, enviando novas imagens de encher o olho (v., por exemplo, actualizações permanentes em http://www.nasa.gov/mission_pages/newhorizons/main/index.html) e encher também páginas de revistas e jornais científicos.

Plutão tem uma órbita muito excêntrica, com distâncias ao Sol que oscilam entre os cerca de 4437 milhões de quilómetros (29.7 ua), no periélio, e os cerca de 7376 milhões de quilómetros (49.3 ua) (recorde-se que a unidade astronómica, ua, é o comprimento do semi-eixo maior da órbita da Terra, aproximadamente 149.6 milhões de quilómetros). A essa distância do Sol, é um astro gelado, com uma temperatura superficial máxima abaixo dos -200°C .

A sua presença no Sistema Solar foi prevista muito antes da sua descoberta, pois a órbita dos planetas exteriores mais afastados e, em particular, de Neptuno, não era então explicável sem a existência de uma massa que provocasse perturbações gravitacionais na órbita de Neptuno. Após muitos anos de pesquisa, Tombaugh, astrónomo americano, descobriu-o numa sequência de duas chapas fotográficas por ele obtidas em momentos diferentes: dois pontos

brancos em posição diferente num fundo estelar igual só poderiam ser um planeta (na antiga acepção da palavra), um cometa ou um asteroide. Estudos posteriores revelaram tratar-se de um (então) planeta, baptizado depois como Plutão. Curiosamente, a sua descoberta deveu-se mais ao acaso do que à prevista existência da tal massa que perturbaria a órbita de Neptuno e de Urano: de facto, dados muito posteriores, resultantes da missão da NASA Voyager 2, revelaram que Neptuno não tinha a massa prevista e a existência de um planeta para lá de Neptuno deixou de ser necessária. De facto, Plutão tem uma influência desprezável na órbita daqueles dois planetas maiores.

A dificuldade da sua descoberta era, mesmo assim, evidente: a grandeza (magnitude) aparente de Plutão é, do ponto de vista das luminosidades no Sistema Solar, elevada (cerca de 13, i.e., 630 vezes menos brilhante que Urano, de magnitude aproximada 6, astro no limite de visibilidade a olho nu, em condições normais). Hoje em dia, qualquer astrónomo amador bem equipado é capaz de fotografar astros com uma magnitude que, em 1930, estava reservada aos melhores telescópios profissionais. Com o avanço da tecnologia das câmaras CCD (charge-coupled devices) e os progressos no processamento da imagem, vários dos observatórios antigos só não estão obsoletos porque também eles se modernizaram, em particular nos instrumentos em que o registo da informação é efectuado (recorrendo também aos CCD, por exemplo).

Foram estes avanços na instrumentação e o recurso ao Telescópio Espacial Hubble (HST) que

permitiram, nos últimos anos, aprofundar o conhecimento em torno de Plutão. Que Plutão tinha uma lua, Caronte, sabia-se desde 1978 (48 anos após a descoberta do planeta-anão), encontrada casualmente pelo astrónomo James W. Christy – a forma alongada que Plutão por vezes assumia, sem que as estrelas da mesma placa fotográfica assumissem também elas uma forma alongada (o que se explicaria por uma aberração óptica), levaram a concluir que uma lua orbitava o planeta-anão. Rapidamente se determinou o período de Caronte e se percebeu que a massa desta lua era grande quando comparada com a de Plutão. Mas foi só em 2005, graças ao HST, com confirmação em 2006, que se descobriu que não uma mas, pelo menos, três luas orbitam Plutão: além de Caronte, também as pequenas Hydra e Nix.

Plutão tem um período de translação de 248 anos, ou seja, cerca de três vezes e meia a esperança de vida média actual de um europeu. Há 248 anos, em 1759, o cometa Halley surgia mais uma vez no céu, mas pela primeira vez a sua aparição tinha sido prevista pelo astrónomo que lhe deu o nome, após estudos de anteriores observações de cometas, confirmando-se assim a sua intuição de que os cometas não seriam necessariamente novos astros, como então era adquirido, mas sim astros que iam e vinham periodicamente – assunto tão trivial, actualmente, como o serão, dentro de 248 anos, os dados de Plutão que dentro de pouco tempo a New Horizons recolherá. Como é sabido, Halley morreu pouco antes de ver confirmada a sua teoria.

O SISTEMA SOLAR NESTE TRIMESTRE

Vénus brilha intensamente no crepúsculo da tarde, fazendo muitos verem Ovnis, aviões e helicópteros onde há, afinal, um astro pouco menor do que a Terra envolto numa atmosfera sufocante. A Lua, nos próximos crescentes, ajudará a tornar ainda mais bonitos os pôres-do-Sol – por exemplo, a 19 e a 20 de Abril e, particularmente, a 19 de Maio, quando roçará Vénus, distanciando-se cerca de 0.5 graus um do outro.

Saturno está bem posicionado ao início da noite, alto no céu, junto a Regulus, α Leão. Um óculo ou telescópio, por mais pequeno que seja, é sempre bem-vindo e os seus anéis um eterno espanto.

Júpiter surge a Este, inicialmente depois da meia-noite mas, de dia para dia, cada vez mais cedo.

Só faltava Marte nascer cedo para que pudéssemos contemplar todos os planetas exteriores mais brilhantes numa noite. Porém, apenas surge de madrugada, pela aurora. Melhores dias que estes virão, para o Deus da Guerra, de que daremos conta.

MAURIT

o último reduto para

DEFESA DA NATUREZA

TEXTO E FOTOGRAFIAS • José Carlos Brito*
Raquel Vasconcelos*
Francisco Álvares*

*CIBIO, Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Instituto de Ciências Agrárias de Vairão

L

Localizada na costa da África Ocidental, a Mauritânia encontra-se praticamente coberta pelo deserto do Sara. As elevadas temperaturas médias anuais de 25 e 35 °C no litoral e interior, respectivamente, e os ventos quentes carregados de areia (*harmattan*) tornam a maior parte deste país um aparente deserto inóspito. No entanto, a orografia e a posição geográfica próxima do mar, do Magreb e da África sub-sariana, fazem da Mauritânia uma autêntica encruzilhada biogeográfica, permitindo-lhe apresentar uma diversidade excepcional de paisagens e, conseqüentemente, de fauna e flora. Os 600 m de altitude das montanhas do Adrar Atar e Tagant (Fig. 1) são suficientes para actuar como barreiras às tênues nuvens provenientes do Atlântico, retendo a humidade que circula no ar. Adicionalmente, a Mauritânia localiza-se na faixa de transição entre o deserto e a savana, no extremo sudoeste do Sara, com um gradiente meridional de aumento na pluviosidade: 50 mm no norte do país contra 500 mm no sul (Fig. 1).

Os gradientes de altitude e de precipitação permitem a distinção de cinco tipos de ecossistemas neste país (Fig. 2): 1) **deserto sariano** (a vermelho) de elevada aridez, situa-se entre os 100-400 m de altitude e apresenta uma elevada diversidade de paisagens, como estepes arenosas (*serir*), extensas planícies de areia e pedra (*reg*) e mares de dunas (*erg*), ocupadas por espécies tipicamente saro-sindianas (Sara e Península Arábica); 2) **deserto costeiro atlântico** (a cinzento) com paisagens semelhantes às do deserto interior mas com permanente humidade oceânica que se traduz em vários endemismos e elevada diversidade florística e faunística; 3) montanhas de Atar e Tagant (a azul-escuro) com gargantas escavadas por rios fósseis, entrecortando planaltos ricos em vegetação e várias espécies relictuais; 4) **Sahel** (a verde) com savanas de acácias dispersas e ocupadas por espécies de origem afro-tropical; 5) **zonas húmidas costeiras** (a azul claro) com estuários de rios e lagoas apresentando uma elevada diversidade de aves.

MAURITÂNIA

a biodiversidade do Sara

Com uma área de 1 milhão de km² e cerca de 2,4 milhões de habitantes, um quarto deles concentrados na capital litoral Nouakchott, a Mauritânia é praticamente desabitada. Não obstante, a sobre-exploração dos recursos piscícolas e cinegéticos, a progressiva desertificação do Sahel e os consideráveis atropelamentos nas escassas, mas cada vez mais frequentes, estradas alcatroadas constituem factores de ameaça à biodiversidade. Contudo, encontra-se ainda salvaguardada do desenvolvimento desenfreado e do turismo de massas, mantendo um património natural diversificado e um povo de tradições ancestrais cuja descoberta é surpreendente e cativante.

1. DESERTO SARIANO

As áreas de deserto estriato cobrem a maior parte da superfície da Mauritânia e são ocupadas por espécies adaptadas a elevados níveis de aridez. A escassa vegetação encontra-se restrita aos leitos de rios fósseis (*oued*), às zonas envolventes a poços (*ain*), às nascentes em planícies de aluvião (*oglat*), às lagoas temporárias (*daya*) e aos oásis. Nestas zonas, as palmeiras (*Phoenix dactylifera*) e os tufos de sbot (*Stipagrostis pungens*) e hadja (*Citrullus colocynthis*) constituem microhabitats favoráveis para a ocorrência de invertebrados, tais como o escaravelho-sagrado (*Scarabeus sacer*) e o escorpião-das-areias (*Androctonus amoreuxi*), de lagartixas-de-dedos-denteados (*Acanthodactylus dumerilii* e *A. longipes*) em elevadas densidades e ainda da ameaçada abetarda-hubara (*Chlamydotis undulata*). Na areia é frequente observarem-se rastros da vibora-da-areia (*Cerastes vipera*), do varano-do-deserto (*Varanus griseus*), do rato-canguru (*Jaculus jaculus*), da lebre (*Lepus capensis*) bem como dos seus predadores, como o chacal (*Canis aureus*), o feneco (*Fennecus zerda*), a raposa de Ruppel (*Vulpes ruppelli*) e o gato-da-areia (*Felis margarita*). Nas zonas mais rochosas (*guelb*) aparece a osga-de-cruz (*Tarentola annularis*) e a agama-variável (*Trapelus mutabilis*). As aves mais comuns neste ecossistema incluem o chasco-do-deserto (*Oenanthe deserti*), a calhandra-ibis (*Alaemon alaudipes*), o corredor (*Cursorius cursor*), diversos cortiços (*Pterocles*) e, frequentemente associados à presença humana, o pardal-do-deserto (*Passer simplex*) e o corvo-do-deserto (*Corvus ruficollis*).

As populações dos grandes vertebrados sarianos encontram-se actualmente bastante reduzidas e frag-

Figura 1. Relevo e isolinhas de precipitação (mm/ano) da Mauritânia e localização dos dois principais maciços montanhosos (Adrar Atar e Tagant)

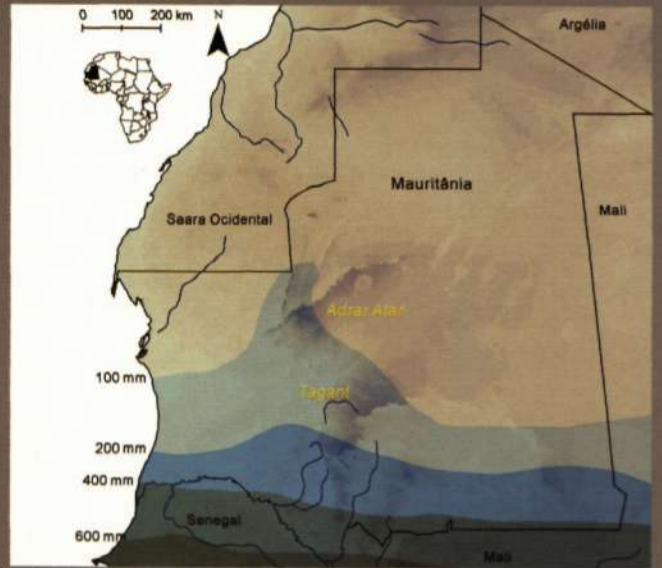


Figura 2. Distribuição geográfica dos ecossistemas nas zonas centro e sul da Mauritânia (1. Deserto Sariano; 2. Deserto Costeiro Atlântico; 3. Montanhas; 4. Sahel; 5. Zonas Húmidas Costeiras) e percurso sugerido pelos autores (linha amarela).

mentadas. Estas foram literalmente massacradas com a entrada de veículos motorizados no Sara em meados do século XX, principalmente associada a incursões militares. Como resultado, na Mauritânia já se encontram provavelmente extintos o orix (*Oryx dammah*), o addax (*Addax nasomaculatus*), a avestruz (*Struthio camelus*) e a chita (*Acinonyx jubatus*); também para lá parecem caminhar as populações já residuais da gazela-de-dorcas (*Gazella dorcas*), do mohorr (*Gazella dama*), da gazela-das-areias (*Gazella leptoceros*), do muflão da Barbaria (*Ammotragus lervia*) e da hiena-raiada (*Hyaena hyaena*).

2. DESERTO COSTEIRO ATLÂNTICO

Os ventos oceânicos saturados em humidade permitem que a faixa costeira mauritana beneficie de uma maior disponibilidade de água relativamente ao deserto interior. Conseqüentemente, no litoral Sariano a vegetação é mais abundante e variada, encontrando-se dunas cobertas por espécies arbustivas, tais como a eufórbia (*Euphorbia balsamifera*), a turge (*Calotropis procera*) e o teichot



▶ Vibora-da-areia (*Cerastes vipera*), PN. Banc d'Arguin © José Carlos Brito
 ◀ Osga-de-capacete (*Tarentola chazaliae*), Nouadhibou © José Carlos Brito
 ▶ Águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*), Cabo Branco © Raquel Vasconcelos
 ▼ Rato-obeso-da-areia (*Psammomys obesus*), Nouadhibou © Francisco Álvares

(*Balanites aegyptiaca*). A permanente entrada de ventos oceânicos cria um microclima que se tem mantido relativamente estável desde há milénios, mesmo durante as fases mais áridas. Como tal, este ecossistema constitui um «corredor» que favorece a presença de espécies típicas a norte do Sara (Magrebianas ou circum-mediterrânicas) – a lebre (*Lepus victorie*), o gato-bravo-africano (*Felis lybica*) e o mangusto (*Herpestes ichneumon*); e a sul do Sara (*Afro-tropicais*) – o porco-espinho (*Hystrix cristata*) e o zorrilho (*Poecilictis libyca*). As particulares condições ecológicas deste ecossistema permitem ainda a ocorrência de diversos endemismos, tais como a lagartixa-dourada (*Acanthodactylus aureus*), a osga-de-capacete (*Tarentola chazaliae*), o escinco-da-areia (*Sphenops sphenopsiformis*) e o musaranho de Tarfaya (*Crocidura tarfayensis*).

No passado, este ecossistema suportava grandes densidades de herbívoros, como avestruzes, gazelas e antílopes, presentemente muito reduzidas. Actualmente, são ainda frequentes as colónias de rato-obeso-da-areia (*Psammomys obesus*). O litoral, que alterna entre altas falésias rochosas e extensas zonas dunares, é excepcionalmente rico em recursos piscícolas, permitindo na península de Nouadhibou a existência de águia-pesqueira (*Pandion haliaetus*) em grandes concentrações durante o Inverno. As falésias litorais do extremo noroeste da Mauritânia (Cabo Branco) abrigam a mais importante colónia de foca-monge (*Monachus monachus*), considerado um dos mamíferos mais ameaçados do mundo.





▲ Rato-canguru (*Jaculus jaculus*), Tichit © Francisco Álvares

3. MONTANHAS

As montanhas (*adrar*) de Atar e Tagant constituem autênticas ilhas para diversas espécies sub-sarianas. Embora tenham ficado rodeadas por áreas desérticas inóspitas, estas espécies subsistem em populações-reliquia, possíveis pela presença de habitats favoráveis, principalmente nas proximidades das nascentes de água permanentes que podem originar pequenas quedas de água e lagos (*guelta*). Nestes locais com humidade e vegetação abundantes ocorrem várias espécies de peixes, tais como barbos (*Barbus pobeguini*, *B. deserti*) e peixes-gato do Senegal (*Clarias anguillaris*); de anfíbios como o sapo-da-savana (*Bufo xeros*), a rã-tigre-africana (*Hoplobatrachus occipitalis*) e a rã-fossadora (*Tomopterna cryptotis*) e de répteis semi-aquáticos como o varano do Nilo (*Varanus niloticus*) e o crocodilo do Nilo (*Crocodylus suchus*), este último em populações extremamente pequenas e isoladas em vários gueltas do Tagant. Sem contacto com as populações-mãe da África sub-sariana, basta uma seca acentuada para que a sobrevivência destes grandes répteis esteja comprometida. Estes constituem os derradeiros testemunhos vivos do último período húmido que reinou sobre o Sara há 4 mil anos atrás. As antigas savanas que dominavam o Sara nesta época estão representadas em inúmeras gravuras rupestres na região ilustrando elefantes, rinocerontes, girafas e antílopes.

Nas escarpas rochosas (*dhar*) e monólitos isolados (*guelb*) encontra-se a agama de Castroviejo (*Agama castroviejoi*), endémica da Mauritânia, enquanto que nos planaltos rochosos (*hammad*) abundam os lagartos-de-cauda-espinhosa (*Uromastix dispar* e *U. flavifasciata*) e a agama de Boulenger (*Agama boulengeri*). Nas rapinas mais frequentes incluem-se o bufo-real-do-deserto (*Bubo bubo ascapalus*), o falcão-cherrug (*Falco biarmicus*), a águia-falcão-africana (*Hieraaetus spilogaster*), a águia-fulva (*Aquila rapax*) e a águia-real (*Aquila chrysaetos*), esta última com um pequeno núcleo nidificante apenas no *Adrar Atar*, que constitui o limite sul conhecido de ocorrência no Paleártico.

Tradicionalmente, as montanhas da Mauritânia constituíram igualmente redutos para os mamíferos típicos das savanas sub-sarianas; ainda perdura na memória dos habitantes mais idosos do Tagant a ocorrência do leão (*Panthera leo*) e do mabeco (*Lycaon pictus*), presumivelmente extintos no início do século XX. Contudo, subsistem ainda núcleos residuais de espécies como o leopardo (*Panthera pardus*), o babuíno (*Papio papio*) e colónias com dezenas de indivíduos de daimão-das-rochas (*Procapra capensis*) – pequeno mamífero com aspecto de roedor mas aparentado com os elefantes e hipopótamos.

4. SAHEL

A faixa meridional da Mauritânia está coberta por savanas de acácias (*Acacia tortilis*, *A. ehrenbergiana*, *A. nilotica* e *Faidherbia albida*) e de turje (*Calotropis procera*) que se adensa ao longo do gradiente que acompanha o aumento da pluviosidade média anual. Assim a riqueza específica aumenta para sul, com o aparecimento de espécies de origem afro-tropical, numa explosão de vida e de cores comparativamente aos ecossistemas sarianos. Entre os anfíbios salientam-se o sapo-leopardo (*Bufo regularis*), a rã de Bibron (*Ptychadena bibroni*) e a rã-touro-africana (*Pyxicephalus edulis*) e, entre as numerosas espécies de répteis, a lagartixa do Senegal (*Acanthodactylus senegalensis*), a agama-comum (*Agama agama*), a víbora-assopra-

▼ Guarda-rios (*Ceryle rudis*), PN Diawling © Francisco Álvares
▼ Bufo-real (*Bubo bubo ascapalus*), Tichit © Francisco Álvares



dora (*Bitis arietans*) e a píton (*Python sebae*). Nas aves destacam-se pela conspicuidade a águia-pintada (*Terathopius ecaudatus*), a gralha-de-barriga-branca (*Corvus albus*), o calau-de-bico-vermelho (*Tockus erythrorhynchus*), o bulbul (*Pycnonotus barbatus*) e também várias espécies de abutres (*Gyps*, *Torgos* e *Necrosyrtes*), de abelharucos (*Merops*), de rolieiros (*Coracias*), de estorninhos (*Lamprotornis*) e de tece-lões (*Ploceus*). Esta região constitui ainda uma importante área de invernada para as espécies migradoras nidificantes na Europa, nomeadamente em Portugal, tais como a rola-brava (*Streptopelia turtur*), o picanço-barreteiro (*Lanius senator*), a cegonha-preta (*Ciconia nigra*), a águia-calçada (*Hieraetus pennatus*), a águia-cobreira (*Circaetus gallicus*) e o abutre do Egipto (*Neophron percnopterus*). Entre os mamíferos são frequentes o macaco-cercopiteco (*Cercopithecus sabaeus*), o esquilo-terrestre (*Euxerus erythropus*), o javali-africano (*Phacochoerus africanus*), a raposa-pálida (*Vulpes pallida*), o chacal-de-flancos-listados (*Canis adustus*), o caracal (*Felis caracal*) e o ratel (*Mellivora capensis*).

Alguns dos mamíferos típicos da África Ocidental e Central, tais como a hiena-malhada (*Crocuta crocuta*), a civeta (*Civettictis civetta*), o serval (*Felis serval*) e o macaco-patas (*Erythrocebus patas*), encontram um último reduto no Sahel da Mauritânia, embora em populações de reduzida viabilidade. Actualmente encontram-se provavelmente extintos o elefante-africano (*Loxodonta africana*) e o antilope-topi (*Damaliscus lunatus*).

5. ZONAS HÚMIDAS COSTEIRAS

Dois sistemas de zonas húmidas litorais, situados num importante corredor migratório para aves, constituem ecossistemas de elevada diversidade biológica classificados como áreas protegidas: o Parque Nacional do Banc d'Arguin (PNBA), reconhecido pela UNESCO como património da Humanidade e o Parque Nacional de Diawling (PND), transfronteiriço com o P.N. Djoudj no Senegal.

O PNBA, com uma área de 1 milhão e 200 mil ha, localiza-se na foz de um rio fóssil que nascia no Sara Ocidental. O estuário é actualmente constituído por várias zonas alagadiças, com áreas residuais do mangal mais setentrional de África, e por um conjunto de 15 ilhas. O constante *upwelling* (afloramento de nutrientes à superfície devido a correntes oceânicas) e a reduzida profundidade da costa (<5m), permitem a existência de pradarias de zoosteras (*Zostera noltii*) que suportam importantes áreas de berçário para várias e abundantes espécies de peixes. Cerca de 3 milhões de aves invernam no PNBA, incluindo a gaivina-preta (*Chlidonias niger*), a gaivota-tridáctila (*Rissa tridactyla*) e centenas de milhares de aves limícolas, como maçaricos (*Numenius*), pilritos (*Calidris*), borrelhos-grande-de-coleira (*Charadrius hiaticula*), tarambol-





▲ Estuário do rio Senegal, PN Diawling © Francisco Álvares
† Andorinha-do-mar (*Sterna caspia*), PN. Banc d'Arguin © Francisco Álvares

-cinzentas (*Pluvialis squatarola*). As espécies nidificantes mais importantes incluem o colhereiro-europeu (*Platalea leucorodia*), o flamingo (*Phoenicopterus ruber*), o pelicano-branco (*Pelecanus onocrotalus*), o corvo-marinho-africano (*Phalacrocorax africanus*), o garajau-real (*Sterna maxima*) e o tagaz (*Gelochelidon nilotica*). Entre os mamíferos destaca-se o chacal (*Canis aureus*) e a hiena-raiada (*Hyaena hyaena*).

O PND, com quase 16 mil ha, situa-se na foz do rio Senegal e é constituído por lagoas, charcos e áreas estuarinas e intertidais, incluindo mangais. A riqueza faunística é igualmente notável, destacando-se um elevado número de aves de origem afro-tropical, incluindo o jabiru (*Ephippiorhynchus senegalensis*), a garça-dos-recifes (*Egretta gularis*), a cegonha-de-bico-amarelo (*Mycteria ibis*), o pelicano-branco (*Pelecanus onocrotalus*), o flamingo-pequeno (*Phoenicopterus minor*) e o pigargo-africano (*Haliaeetus vocifer*). É de salientar também a presença do varano do Nilo (*Varanus niloticus*), do varano-da-savana (*Varanus exanthematicus*), do crocodilo do Nilo (*Crocodylus suchus*) e do javali-africano (*Phacochoerus aethiopicus*).



VIAJAR NO DESERTO

A forma mais cómoda de visitar a Mauritânia é seguramente de avião com recurso a agências de turismo, as quais providenciam transporte, guia, dormida (tendas) e alimentação. Para fazê-lo de forma independentemente a partir da Europa é necessário percorrer Marrocos e Sara Ocidental em estradas de alcatrão até à fronteira de Nouadhibou e uma viatura 4x4 robusta e equipada para expedições no deserto. O equipamento essencial a levar inclui dois pneus sobresselentes, reservatórios de água e combustível, pá e pranchas para desatascar da areia, compressor de ar, GPS e mapas detalhados (1:200.000 do IGN francês). Finalmente, e talvez o aspecto mais importante, efectuar os percursos fora de alcatrão com um mínimo de duas viaturas. Por forma a visitar todos os ecossistemas acima referidos sugere-se a realização do percurso marcado na Fig. 2, recomendando-se vivamente contratar guias locais para o troço entre Atar – Tidjikja – Nema.



BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- Barlow, C, Wacher, T & Disley, T. (1997). A Field Guide to Birds of The Gambia and Senegal. Pica Press, Sussex.
- Chippaux, J.P. (2001). Les Serpents d'Afrique Occidentale et Centrale. IRD éditions, Paris.
- Fabre, J. (2005). Géologie du Sahara Occidental et Central. Musée Royal de l'Afrique Centrale - Belgique, Tervuren
- Geniez, P., Mateo, J. A., Geniez, M., & Pether, J. (2004). The Amphibians and Reptiles of Western Sahara. An Atlas and Field Guide. Editions Chimaira, Frankfurt am Main.
- Jonsson, L. (1996). Birds of Europe with North Africa and the Middle East. A. & C. Black, London.
- Kingdom, J. (1997). The Kingdom Field Guide to African Mammals. Academic Press, London.
- Le Berre, M. (1989). Faune du Sahara, 1. Poissons, Amphibiens et Reptiles. LeChevalier - R. Chabaud, Paris.
- Le Berre, M. (1990). Faune du Sahara, 2. Mammiferes. LeChevalier - R. Chabaud, Paris.
- Lluch, P., Robin, S., & Lescure, J. (2004). Le Crocodile du Nil, *Crocodylus niloticus* Laurenti, 1768 dans le Tagant (Mauritanie). Bull. Soc. Herp. Fr., 111-112: 5-23.
- Padial, J.M. (2006). Anfíbios y reptiles de Mauritania. Quercus, 240: 54-59.
- Quézel, P. (1965). La Végétation du Sahara: du Tchad à la Mauritanie. Gustav Fischer Verlag, Stuttgart.



- ♣ Foca-monge (*Monachus monachus*), Cabo Branco © Francisco Álvares
- ♣ Corredor (*Cursorius cursor*), Tichit © Francisco Álvares
- ♣ Crocodilo (*Crocodylus suchus*), Guelta de Matmata © Francisco Álvares
- ♣ Lagarto-de-cauda-espinhosa (*Uromastyx flavifasciata*), Atar © José Carlos Brito
- ♣ Javali-africano (*Phacochoerus africanus*), PN Diawling © Francisco Álvares
- ♣ Garça-dos-recifes (*Egretta gularis*), PN Diawling © Francisco Álvares
- ♣ Caracal (*Felis caracal*), África do Sul © Francisco Álvares
- ♣ Estorninho (*Lamprotornis pulcher*), Rosso © Francisco Álvares





fazer-se passar, e o continuado alheamento do Estado face às áreas protegidas e à protecção da Natureza em geral é um acto puro e simples de contenção de despesas, «malgré tout», ou há, então, necessidade urgente de uma formação ambiental que, está visto, não partirá de quem não tem sensibilidade para ela.

Os tempos estão difíceis, mas são outros – e não tão difíceis quanto os que se viviam em 1971, ano em que foi criado o PNPG. Convido, no entanto, o leitor a um exercício previsível-

verifica esse aumento). Portugal, com 44,9% de população rural (contra, por exemplo, 23,4% em Espanha, dados de 2004) está num previsível nem-sim-nem-sopas. E mesmo esse assim-assim não passará de uma ilusão, já que é de supor que, face ao que é consumido pelos incêndios, a única forma de explicar um não decréscimo da área florestada só pode passar pela regeneração espontânea do que ardeu – em geral, eucalipto e pinheiro, a que crescem infestantes – e pela simultânea reflorestação

TEMPOS DIFÍCIS

Os tempos estão difíceis para a conservação da Natureza... Diz o ditado, quantas vezes injustamente, que não há fumo sem fogo. Pois é o que aparenta estar a acontecer à propalada reestruturação do ICN e das áreas protegidas. De alguma forma (investigação – ironizo – ou informação que «escapou»?... – ironizo de novo), surge na comunicação social uma primeira ideia – a das áreas de montanha com um responsável único –, para de seguida, escutadas as primeiras reacções, obviamente negativas, suavizar a notícia e reunir menos áreas protegidas e, por exemplo, privilegiar o Parque da Peneda-Gerês (PNPG), tomando em consideração o seu estatuto único no país de Parque Nacional.

O que fica é que a contenção orçamental vai, de novo, penalizar a já escassa protecção às áreas protegidas e, além disso, impedir o surgimento de novas ou a expansão dos limites das que já existem. Como exemplo, veja-se a não classificação da orla costeira do Minho.

A perspectiva dos diversos actores responsáveis do Estado acaba por ser sempre a de secundarizar a conservação da Natureza. Para muitos, divulgar a Natureza é conservação; turismo nas áreas protegidas é conservação. Num mundo perfeito, talvez o princípio fosse louvável: a apetência para se preservar é maior em relação àquilo que se conhece do que em relação a uma região abstracta, no papel, cuja designação nada mais nos diz do que ser uma «área protegida». No mundo real, contudo, a maioria dos turistas tem tanta sensibilidade ambiental quanto os meus gatos têm de poder oratório.

Das duas uma: ou a ignorância não será tanta quanto a que às vezes parece querer

mente hilariante: imagine-se que o Parque Nacional não existia e que um grupo de cidadãos apresentava relatório bem documentado que propunha a criação de um Parque Nacional (ou Natural, o que quiser) com a mesma fronteira exacta do PNPG. E não é hilariante, claro, por grande parte dos seus 71 000 ha estarem hoje muito degradados, isso nada tem de cómico – continuamos a defender essa fronteira e até, em algumas regiões, o seu alargamento para áreas limítrofes ainda minimamente preservadas ou com potencial ecológico importante. Hilariante porque o riso é contagioso e seria um não parar de rir pelos responsáveis do Ministério do Ambiente (e das Finanças!) que recebessem tal proposta. Proponho ainda outro exercício: imagine que, numa determinada zona com estatuto especial de protecção, se prevê a construção de um projecto de impacte ambiental muito negativo que obriga à desanexação de terrenos dessa zona para construção. Far-se-á essa desanexação? Não creio ser necessário o fornecimento de pistas para a correcta resposta...

Segundo fontes da FAO (Food and Agriculture Organization, Organização da ONU para a Alimentação e a Agricultura), em vários países da Europa e nos Estados Unidos da América do Norte está a verificar-se um aumento da floresta (consultar Global forest resources assessment, disponível em URL: <http://www.fao.org/forestry/site/fra2005/en/>). Entre as razões apontadas para esse aumento estão a migração das populações do campo para a cidade – deixando ao abandono o solo mais pobre –, e as plantações de espécies autóctones para produção de madeira, em detrimento das importações dos países asiáticos e latino-americanos. Espanha surge destacada como um dos países cuja floresta mais tem aumentado (e basta um salto até lá para se ver que não é à custa de eucaliptos que se

por essas mesmas espécies. Das espécies autóctones, salvo casos pontuais, nada se vê. A comparação entre Portugal e Espanha toma ainda maior relevância quando, segundo as mesmas fontes da FAO (Anexo 4 do referido documento), em 2005, 78 % da área florestal portuguesa tinha como principal função a exploração comercial, contra 9,4 % da área florestal espanhola com o mesmo fim, a que devemos acrescentar, em nome do rigor, 40,2% com múltiplos fins. Mais: relativamente à percentagem de floresta de cada país cujo principal fim é a protecção e conservação, Portugal apresenta o valor de 22,0 % contra os 50,4 % de Espanha... Menos de metade... E a estes números soma-se o conhecimento de que a protecção e conservação no território nacional são, como todos sabemos, mínimas, quando existentes. Fica, assim, da FAO, a mensagem a que devíamos estar atentos: enquanto que a floresta aumenta consideravelmente em inúmeros países, em Portugal esse aumento é, quer comparativamente quer em termos absolutos, praticamente inexistente e é feito à custa de espécies não autóctones e infestantes. Nada que não soubéssemos de antemão. Mas confirma e atribui valores concretos.

Um dos problemas culturais que, não sendo exclusivo, reside por cá, é o da escala temporal das perspectivas que se têm sobre a Natureza. Infelizmente, vinga bem a escala geológica. Não que não se deva ter essa noção alargada da evolução e de que alterações que nos parecem agora grandes serem, de facto, insignificantes quer espacial quer temporalmente e que a Natureza «saberá» compensar de alguma forma essas modificações. Mas que essa visão predomine sobre outras escalas que estão mais de acordo com a nossa escala temporal (digamos, um século, para sermos generosos) corresponde, de facto, a liquidar de vez as hipóteses de vermos a Natureza tal como ela seria (sem

EIS...

OPINIÃO NA TRIBUNA **TEXTO E FOTOGRAFIA • Raul Lima**

(ou com um mínimo de) intervenção humana. Há intervenções necessárias; mas há também locais que deviam ser preservados de qualquer intervenção negativa (já lhes bastam os efeitos do aquecimento global e das chuvas ácidas). Voltando à escala geológica (e exemplifiquemos com uma muito comedida, para não perdermos o rumo), se alguém nos viesse dizer que daqui a mil anos haverá carvalho frondoso na Peneda, no Gerês ou no Alvão, ficaríamos realmente satisfeitos com isso? Sim, se esse trabalho começasse a ser feito já. Não, se a intenção de tal afirmação fosse a de nada fazer, por meras razões orçamentais ou outras, deixando a Natureza entregue a si própria. E repare-se na falácia que é dizer-se que a Natureza estaria entregue a si própria. Tal afirmação é, cada vez mais, absurda, a menos que nos incluamos «nessa» Natureza. De facto, é uma evidência que, ao contrário do que acontecia há tão-só alguns milhares de anos, o Homem afecta todo o planeta. Deixar regenerar por si uma região ardida não é o mesmo que há dez mil anos. Então e o gado? Então e as queimadas para a pastorícia ou outras causas não naturais de incêndios (sim, paciência, ainda não é este ano, mas para o ano recupera... No ano seguinte, novas queimadas, novos incêndios, mesmo discurso)? A menos que se queira, de facto, fazer alguma coisa: impedir, pelo menos nalguns sítios, o acesso do gado, dos caçadores, a possibilidade de fogo.

Não nos iludamos, Portugal não terá, em muitos aspectos, políticas ambientais piores do que outros países europeus. As más opções surgem em toda a parte. Porém, talvez as não saibamos combater - por desinteresse ou por termos perdido tantas batalhas - tão bem quanto as populações, ambientalistas e media

mais esclarecidos desses países. Os recursos à Europa na tentativa de travar projectos ambientalmente gravosos estão a revelar-se, à primeira, úteis, mas logo vem uma segunda resposta desfavorável à Natureza, após recurso governamental. Provas do que digo? Veja-se o sim de Bruxelas à barragem de Odelouca, depois de um quase evidente não. Veja-se o iminente sim à barragem do Baixo Sabor, tão ajudado por deputados europeus portugueses (pergunto-me: que conhecimentos técnico-científicos terão muitos deles para assinarem uma petição em favor da barragem? É uma opção política fundamentada em quê?).

Natureza é, descobriu-se (há muito, mas a escala agora é enorme), dinheiro. Esse é, então, um dos principais problemas da actualidade. Os valores próprios intrínsecos das áreas são desconsiderados. Já a bela paisagem vende. Mesmo que, para vender melhor, venham os apoios logísticos desfeá-la e ameacá-la. Ainda que o desfeiar seja, num ou noutro caso, negligenciável, o dano maior não é, em inúmeras situações, a paisagem mas sim a biodiversidade que a habita. Pouca é a sensibilidade ou conhecimento da maioria da população para os impactes ambientais que tem o usufruto em massa das áreas protegidas. E é graças a essas insensibilidade e desconhecimento que o Estado, por interesses vários, permite a constante destruição do património natural.

Uma ressalva final: já nos ouviram por várias vezes, aqui na Tribuna da Natureza ou por outros membros da direcção do FAPAS, criticar actuações do ICN para nós incompreensíveis. Mas o ICN é farto em técnicos competentes, disso não temos dúvidas, cada vez mais de mãos atadas pelos sucessivos cortes

orçamentais de todos conhecidos mas que tão pouco interesse têm suscitado na opinião pública.

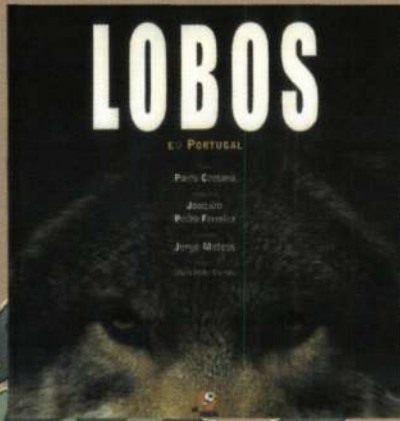
PS: Oh! Já estou a ouvi-los, aos críticos! «Lá vem o discurso contra o progresso», a defesa do regresso ao «tempo das cavernas». E, contudo, as cavernas existem, mesmo aqui ao lado, em Espanha, habitadas por ursos que vêem a sua população em crescimento graças à intervenção positiva de conservacionistas e do Estado espanhol (tema já abordado por diversas vezes em anteriores números da Tribuna da Natureza). Por cá, dos ursos, resta-nos a memória toponímica e algumas silhas. Por este andar, com a fragmentação total do território, com a escassez de floresta digna desse nome, só à escala geológica é que podemos pensar em tê-los cá de novo. Mas só se se começar hoje a trabalhar nesse sentido.

PPS: Curioso dizer-se que a barragem do Baixo Sabor não provoca impacte ambiental, como o disse Carlos Pimenta (v. semanário «Expresso» de 8 de Dezembro de 2006). Curioso também o facto de tantos outros negarem o impacte ambiental que a barragem terá, a começar pelo próprio Ministro do Ambiente. Mas é também curioso constatar que vai ter outros impactes que todos notaram e cuja minimização, claro está, já ninguém questiona: pelo menos um monumento religioso que vai ficar submerso será trasladado por forma a ser preservado. Ah! Afinal sempre provoca danos, a barragem. Pois é, certos crentes talvez não estejam tão seguros assim de as plantas e os animais serem as ditas «criaturas de Deus»...

T R I B U N A

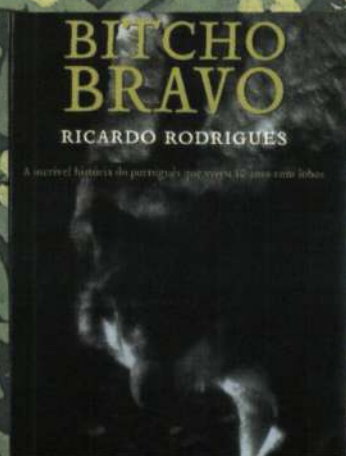
neste verão em poucas palavras...

O lobo está na ribalta Enquanto protagonista de duas novas obras que, em boa hora, abalaram o dormente campo editorial dedicado à conservação da natureza em Portugal, sempre parco em iniciativas.



Paulo Caetano (texto), Joaquim Pedro Ferreira (fotos) e Jorge Mateus (ilustrações) assinam um livro que aborda o mundo lupino de uma forma muito abrangente. **Lobos em Portugal**, editado pela Má Criação, recua até às origens do lobo. Assente numa ampla pesquisa bibliográfica recorre a documentos provenientes de espólios museológicos, a achados arqueológicos, a património construído, com os quais conta a história do lobo e da sua relação com os homens que mais de perto com ele foram convivendo. A anatomia do lobo, o seu território, o comportamento em alcateia, são temas desenvolvidos em seguida, em capítulos próprios mais dedicados à biologia da espécie. Os relatos daqueles que no passado perseguiram o eterno «demónio» são confirmados pelos pastores que, nos tempos que correm, ainda repelem o lobo fazendo dele um tenaz sobrevivente. Mas hoje (felizmente) também há quem se dedique ao estudo do nobre carnívoro. O livro aborda o trabalho de alguns investigadores. Finalmente disserta-se sobre os problemas que afectam a população remanescente do *Canis lupus signatus* em Portugal, debatendo-se o futuro ao tratar as acções de conservação impostas pela sua preservação.

Bitcho Bravo é obra diferente Escrita pelo jornalista Ricardo Rodrigues, editada pela Dom Quixote, é uma reportagem assente



numa incursão ao Barroso que acompanha Francisco Álvares (v. artigo sobre a Mauritânia, nesta edição da **Tribuna da Natureza**, de que é co-autor), aí conhecido como *Chico dos Lobos*, um dos investigadores que mais tempo tem dedicado ao estudo de um dos mais fantásticos animais da nossa fauna. A obra contrapõe a repulsa manifestada por quem teve que conviver com o predador, ao longo dos tempos, em aldeias que já foram remotas, com a dedicação e o empenho do biólogo que se foi batendo para que a verdade sobre os lobos prevaleça. Quanto mais agressivo se revela o ódio dos pastores desfiado em histórias que hoje se mantêm, algumas claramente fantasiadas tão demoníaca é a mistificação do animal, mais intensos se tornam os relatos das longas horas que «o Chico» passou com os lobos e que não consentem que o leitor fique indiferente à sua experiência, ao privilégio que é conviver com um predador de quem se contam muitas histórias, a maioria reveladoras de um grande e injusto desconhecimento. Francisco Álvares combate-o com o saber assente numa vivência pouco comum.

A colecção de livros «Árvores e Florestas de Portugal» é uma iniciativa conjunta entre a Liga para a Protecção da Natureza (LPN), a



Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD) e o Jornal Público. Constituída por 9 volumes, dos quais o último é um guia de campo, esta colecção conta com a colaboração de mais de oitenta prestigiados autores e especialistas no área e com mais de 2000 fotografias, sendo assim o maior projecto editorial alguma vez realizado sobre a floresta no nosso país.

Do 19 de Abril saiu o primeiro volume, por mais 10,00€, com o Jornal Público. Os restantes volumes terão uma tiragem semanal.



FORMATIVA

NATUREZA NOTÁVEL

TEXTO E FOTOGRAFIA - Luis Rodrigues - Luisa Marques
Cirurgião de Árvores - Bióloga

A FAIA DA QUINTA DA LAVANDEIRA

Este imponente exemplar de Faia (*Fagus sylvatica* L. var. *purpurea*) está situado na Quinta da Lavandeira, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de V. N. de Gaia.

Tem 4,9 metros de perímetro (a 1.3 metros do solo), 18 metros de diâmetro de copa e cerca de 20 metros de altura. Encontra-se em bom estado de conservação com excepção de algumas lesões ao nível do colo que, contudo, não apresentam perigo imediato para a saúde e estabilidade da árvore. Esta é uma espécie elegante que é frequentemente utilizada como ornamental, existindo diversas variedades, sendo a *purpurea* a mais popular pelo grande efeito decorativo conseguido pelas folhas de cor púrpura intenso.



A ÁRVORE DA CÂNFORA

A canforeira ou árvore da cânfora (*Cinnamomum camphora*) é originária do Japão e da China e, como outra espécie do mesmo género, a caneleira (*Cinnamomum zeylanicum*), é uma herança dos nossos navegadores, que a trouxeram do Oriente longínquo. Há várias canforeiras na cidade do Porto, geralmente implantadas em antigos jardins românticos do início do século XX. Destacamos três exemplos, pela sua beleza, antiguidade e envergadura: a canforeira da Rua do Gólgota (junto da Faculdade de Arquitectura), centenária, saudável (apesar dos gases dos automóveis e do estacionamento selvagem...), com cerca de 25 metros de altura, 4 metros de PAP (perímetro à altura do peito) e 20 metros de diâmetro de copa; a canforeira do Parque de S. Roque, mais modesta no tamanho, mas muito mais graciosa pelo enquadramento paisagístico (perto duma fonte de água); e a canforeira do Jardim da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), à R. D. Estefânia (porventura a nossa «preferida») e que, tal como a da R. do Gólgota, é centenária, tem um grande porte e, apesar de recentes intervenções cirúrgicas, ergue-se cheia de saúde e força, rodeada por outras espécies de reconhecido interesse. É uma árvore imponente, nos seus quase 30 metros de altura, diâmetro de copa de mais de 20 metros, e PAP de mais de 5 metros. Pena que nem sempre possa ser observada à vontade pois, para visitar o jardim da CCDRN, é necessária uma autorização especial...

Apesar do seu belo efeito como elemento paisagístico, a canforeira nunca se vulgarizou em Portugal, e mesmo Marques Loureiro, um profundo conhecedor de espécies vegetais, nunca a incluiu nos seus catálogos. Só em 1871 lhe é feita uma referência no JHP (Jornal Horticola do Porto), citando-se a sua presença na mata do Buçaco (então, era denominada *Laurus camphora*).

A *Cinnamomum camphora*, usada na Europa sobretudo com fins ornamentais tem, todavia, certo valor comercial, já que a sua madeira é usada em mobiliário (quem não recorda o belo aroma das gavetas das cómodas dos nossos avós?), na medicina tradicional do Oriente e não só. Com efeito, o seu óleo dissolvido já foi muito usado como anti-álgico (óleo canforado, álcool canforado), e a cânfora, substância branca e cristalina obtida por destilação da madeira, são atribuídas as mais variadas propriedades terapêuticas, desde a mais que discutível acção cardio-analéptica a febrífuga, anti-inflamatória, etc. etc. (há quem veja nos vegetais, sobretudo orientais – tal o ginkgo, tal o ginseng – efeitos miraculosos e mirabolantes, mas sempre atentos aos avanços dos medicamentos de laboratório...). Mas, os mitos nem sempre são «positivos» À cânfora foi atribuído, durante muitos anos, um terrífico poder afrodisíaco, ou seja, afirmava-se a pés juntos que, quando era necessário baixar a libido, isto é, diminuir os impetus sexuais, a cânfora era... «tiro e queda». Recordo episódios curiosos, um dos quais não resisto a citar: nos duros tempos da recruta em Mafra, havia militares que, «desfeitos» pelo exercício, só pensavam em «descansar» nos fins-de-semana. As companheiras queixavam-se, claro. E a desculpa era invariável «Ó filha, tem paciência! Na tropa, os malvados põem-nos cânfora no vinho e no café! É da cânfora, jur!!!» (Impossível: o cheiro e o gosto da cânfora são detectáveis... a léguas!)

Família: Lauraceae | Género: *Cinnamomum* | Espécie: *Cinnamomum camphora* (Siebold) ou *Laurus camphora* (L.)

Árvore sempre-verde, aromática, com ramos castanho-amarelados.

Folhas sub-coriáceas, ovaladas ou elípticas, de 6-10 cm de longitude.

Flores bissexuais e fruto globoso de 8 mm de diâmetro, escuro.

O destilado da madeira-cânfora é, quimicamente, uma cetona do grupo dos terpenos bicíclicos.

. *Árboles en España* (Manual de identificación), de A. Lopez Gillo.

. *À Sombra de Árvores com História*, de Paulo Ventura Araújo.

. *A Saúde pelas Plantas Medicinais*, de Pamplona Roger



a vida selvagem nas quatro estações

TRIBUNA da NATUREZA PRÓXIMO OUTONO

- ▶ Irati, a selva pirenaica
- ▶ Pinheiros-silvestres primitivos da serra do Gerês
- ▶ Ansel Adams: a fotografia e a conservação da Natureza

ENCONTROS IMEDIATOS NA NATUREZA

Registo TN 39 - Lobo-Ibérico (*Canis lupus signatus*)

Data: 2007.Abril.06

Local: Serra da Peneda, Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Hora e duração: 9h45m, durante cerca de 5 minutos.

Distância: a partir de 50 metros.

Condições atmosféricas: Céu quase limpo. Luz brilhante, «transparente».

Observadores: Miguel Dantas da Gama.

Outros dados: O território em causa é terra de lobos. Ouvimo-los durante o Inverno e os pastores, com alguma regularidade, dão-nos conta de avistamentos. Mesmo assim, foi enorme a surpresa de ver dois belos exemplares atravessarem a estrada, a cerca de 50 metros do «todo-o-terreno», correndo rapidamente encosta acima. Atrás deles, fiz o mesmo, esperando que quando atingissem o cabeço sobranceiro se voltassem, «a controlar», antes de desaparecerem para a vertente oposta. Esse controlo confirmou-se, permitindo-me capturar breves imagens vídeo de um lobo iluminado pelo sol de uma límpida e fria manhã primaveril.

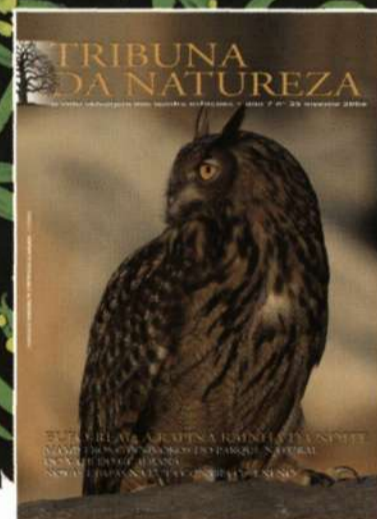
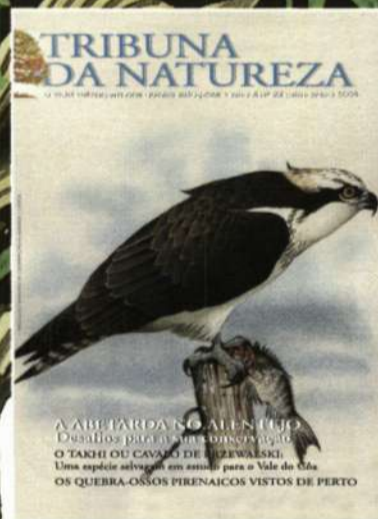
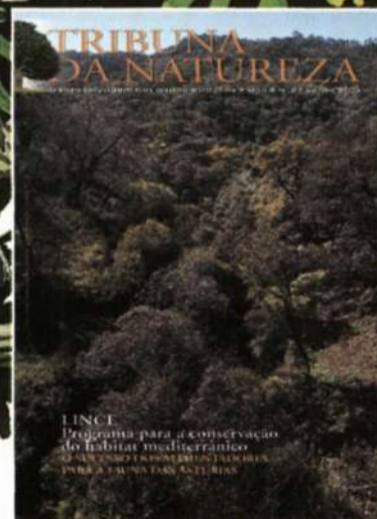
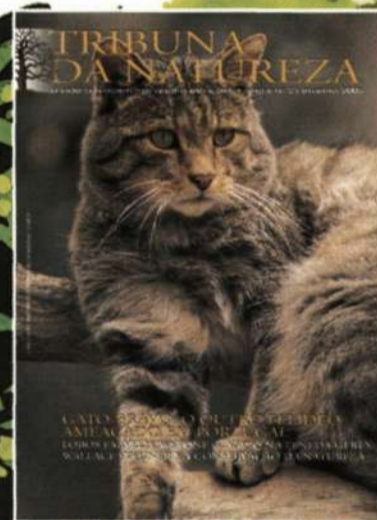
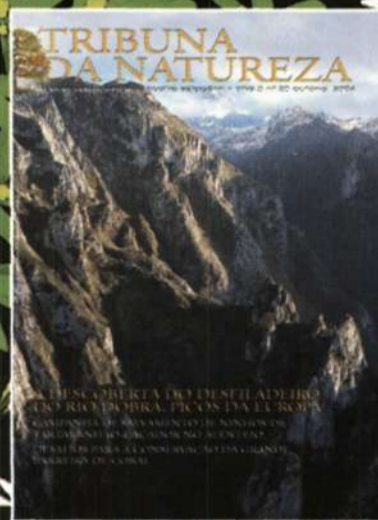
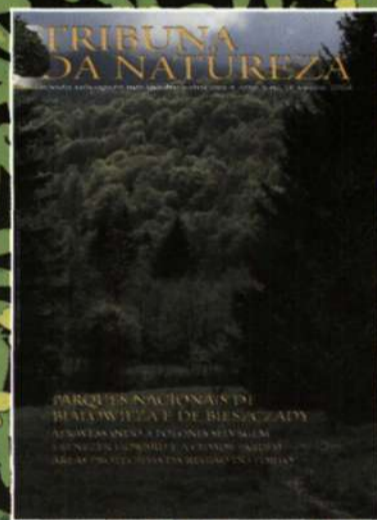
Se possui observações relevantes de espécies selvagens (fauna e flora) ou situações insólitas que as envolvam, escreva-nos, indicando todos os elementos possíveis para a melhor caracterização do encontro. A sua informação, individualmente importante, revelar-se-á mais ainda quando cruzada e confrontada com outras.



arquivadores TRIBUNA da NATUREZA

para 12 números (3 anos)

7 Euros + 4 Euros para portes de envio



A natureza deve ser preservada. Proteja a vida selvagem nas quatro estações

Desejo assinar a revista Tribuna da Natureza por 4 números (13 Euros)

por 8 números (26 Euros)

Nome

Endereço código postal

Telefone Fax email

Para isso, junto envio cheque nº do banco

no valor de à ordem de FAPAS Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens.

Data Assinatura

pedidos a  **FAPAS**

Fundo para a Protecção dos Animais Selvagens

Rua Alexandre Herculano, 371 4º andar Dto 4000-055 Porto Tel. 22 200 24 72 • Fax 22 208 74 55